

FORMAÇÃO DOCENTE: RELAÇÕES DE PODER, SABER E O PAPEL DOCENTE EM SALA DE AULA

TEACHER TRAINING: POWER RELATIONS, KNOWLEDGE AND THE TEACHING ROLE IN THE
CLASSROOM

FORMACIÓN DEL PROFESORADO: RELACIONES DE PODER, CONOCIMIENTO Y EL PAPEL
DOCENTE EN EL AULA

Ionayra Pinto Lima Moreira ¹
Antonia da Silva Mota ²

Manuscrito recebido em: 31 de janeiro de 2023.

Aprovado em: 16 de julho de 2023.

Publicado em: 31 de agosto de 2023.

Resumo

O presente artigo busca enfatizar a formação docente, seus impasses e a importância de desmistificar padrões instituídos a partir das emergências políticas e econômicas da sociedade que promovem controle nas relações de poder baseada no conhecimento e/ou saberes, essas relações podem ter uma dimensão macro que é ao nível do Estado para com a educação, ou micropoderes que emergem no âmbito escolar na seleção de conteúdo, ou nas universidades no que se refere à formação de professores. Objetiva-se neste artigo a discussão concernente a trajetória da formação docente no Brasil atrelada ao poder, as demandas sociais e ao controle no processo de formação do professor seja no âmbito acadêmico como no âmbito escolar. O trabalho foi resultado primeiramente de discursões e debates elaborados no programa de mestrado em Gestão e Educação Básica - PPGEED da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e posteriormente da pesquisa qualitativa com coletas bibliográficas em livros e artigos. A partir das discussões já supracitadas foi possível compreender as interferências que o poder político, econômico provenientes do mundo pós-moderno causam na formação, atuação do professor em sala de aula e na hierarquização dos conteúdos.

Palavras-chave: Formação docente; Poder; Saberes; Política.

Abstract

This article seeks to emphasize teacher training, its impasses and the importance of demystifying patterns instituted from the political and economic emergencies of society that promote control in power relations based on knowledge and/or knowledge, these relations can have a macro dimension that is at the level of the State towards education, or micropowers that emerge in the school environment, in the selection of content, or in universities with regard to teacher education. The objective of this article is the discussion concerning the trajectory of teacher education in Brazil linked to power, social demands and control in the process of teacher education, both in the

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Básica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6862-7932> Contato: ionayralima@hotmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora no Mestrado Profissional de História em Rede e Programa de Pós-graduação em Gestão da Educação Básica pela Universidade Federal do Maranhão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9728-2072> Contato: as.mota@ufma.br

academic and school spheres. The work was the result first of elaborated discursions and debates made in the master's program in Management and Basic Education - PPGEEB of the Federal University of Maranhão - UFMA, and later of the qualitative research with bibliographical collections in books and Articles. From the discussions already mentioned above, it was possible to understand the interferences that the political and economic power coming from the postmodern world cause in the formation, performance of the teacher in the classroom and in the hierarchization of the contents.

Keywords: Teacher training; Power; Know; Politics.

Resumen

Este artículo busca enfatizar la formación docente, sus impasses y la importancia de desmitificar patrones instituidos a partir de las emergencias políticas y económicas de la sociedad que promueven el control en las relaciones de poder basadas en el conocimiento y/o conocimiento, estas relaciones pueden tener una dimensión macro que está a nivel del Estado hacia la educación, o micropoderes que emergen en el entorno escolar, en la selección de contenidos o en las universidades con respecto a la formación del profesorado. . El objetivo de este artículo es la discusión sobre la trayectoria de la formación docente en Brasil vinculada al poder, las demandas sociales y el control en el proceso de formación docente, tanto en el ámbito académico como escolar. El trabajo fue el resultado primero de discusiones y debates elaborados en el programa de maestría en Gestión y Educación Básica - PPGEEB de la Universidad Federal de Maranhão - UFMA, y más tarde de la investigación cualitativa con colecciones bibliográficas en libros y artículos. A partir de las discusiones ya mencionadas, fue posible comprender las interferencias que el poder político y económico proveniente del mundo posmoderno causa en la formación, desempeño del maestro en el aula y en la jerarquización de los contenidos.

Palabras clave: Formación del professorado; Poder; Saber; Política.

Introdução

No contexto atual é possível observar inúmeros debates a respeito da formação de professores; essa discussão permeia a educação desde os primórdios até o contexto presente. Assim, levantar tais questões e problematizá-las tem sido um meio de reflexão em relação às construções do perfil profissional de docentes no Brasil, observa-se que a educação possui importância, não somente para formação do cidadão, como também para o crescimento dos próprios professores, pois atua em “uma via de mão dupla”, o ensino promove novas experiências e saberes não apenas para os alunos, mas para os docentes que vivenciam diariamente a sala de aula suas transformações e desafios, formando-se continuamente para ofertar educação de qualidade e contextualizada com intuito de responder as demandas sociais emergentes conforme as realidades experienciadas na prática pedagógica.

No contexto brasileiro as continuidades e rupturas da formação docente foram necessárias no decorrer de sua trajetória, tanto para aprimoramento das habilidades, como para a inserção de novas perspectivas; no entanto, alguns problemas no percurso deixaram lacunas e/ou frustraram as expectativas no processo de formação docente. O presente artigo surge baseado nesses problemas os quais estão interligados a política, ao poder e aos saberes, isto é, a um controle no que se refere ao processo do ensino-aprendizagem, à formação docente nas universidades e as ações pedagógicas em sala de aula.

Os contextos históricos demarcam diferentes momentos da formação docente e do ensino ao revelarem suas demandas singulares caracterizados pelas que modificam as configurações educacionais a partir dos cenários econômicos e sociais onde ocorre a melhor associação dos acontecimentos durante a trajetória da formação de professores. No Brasil, observam-se momentos pontuais onde havia pretensão de inserção dos ideais de um determinado governo vigente nos cursos superiores, bem como, no ensino básico.

Dessa forma, conforme Costa (2009) eventos como a Segunda Guerra, Revolução Industrial, Ditadura Empresarial Militar e cenário neoliberal causaram transformação direta e indiretamente na educação e na construção do perfil profissional docente. Assim, é de grande valia analisar o poder e como o mesmo atua no sistema educacional, ou seja, nos currículos, ensino e nos cursos superiores de licenciatura revelando-se por vezes no controle dos conteúdos e nas ações docentes, do saber e discursos, da hierarquização de culturas e limitação a autonomia do profissional. O controle, por sua vez, implica nas respostas ou metas que o docente deve alcançar para uma sociedade que acredita no gerencialismo educativo, transformando escolas em empresas e professores em reféns de um sistema econômico neoliberal, no qual alguns momentos distorcem o sentido de ensinar e aprender.

Diante da grande responsabilidade de ser um educador ou de formar professores existem impasses para além da sala de aula, e, a vista disso, a reflexão em torno do desafio da profissão como a própria ação do professor faz-se necessária. Desta feita, é fundamental que a pesquisa faça parte da reflexão sobre as ações pedagógicas no que se refere ao autoconhecimento do ofício do professorado.

Isto posto, o presente trabalho problematiza, tendo em vista as questões já mencionadas, a relação entre a docência, o poder, os saberes e a formação de professores com a política emergente em pontuais contextos históricos, abrangendo assim o sistema econômico e os diversos interesses governamentais.

Formação docente no Brasil

A profissão docente existe desde a antiguidade, onde o ser humano começou a ter necessidade de interagir e de se comunicar, antecedendo até mesmo o processo evolutivo da escrita. Logo, pode-se compreender a relevância da profissão, a qual tem trajetória junto as grandes transformações nas primeiras civilizações até os dias de hoje.

O ofício de professor é muito anterior as primeiras instituições educadoras e ao desenvolvimento da escrita. A importante função de repassar aquilo que era considerado importante, fez com que o ser humano produzisse as mais variadas maneiras de se relacionar com o mundo que o cerca. [...] (COSTA et al., 2014, p. 2)

Por este ângulo, vive-se em constante aprendizagem, na “Idade da Pedra”, por exemplo, os homens aprenderam como fazer fogo e posteriormente descobriram a sua utilidade; nos dias hoje aprendem sobre as ferramentas digitais, sobre um mundo virtual, isto é, a aprendizagem é fundamental e é intrínseca ao ser humano. Por esse motivo, o docente torna-se imprescindível para a sociedade, no que tange o desenvolvimento do indivíduo, seja em qualquer fase, ou na evolução e apreensão das tecnologias e saberes.

Antes mesmo das instituições educacionais, já existiam o ensino e o professor, contudo segundo Saviani (2009), a formação do professor fora instituída apenas em 1684, pelo São João Batista de La Salle; desde então, o desenvolvimento docente passou por muitas transformações, que circundam no campo teórico, prático, político e religioso. O momento posterior a Revolução Francesa almejava-se ideais de liberdade, igualdade e com objetivação da retirada das monarquias absolutistas, visando modificações e reconfiguração social; nesse cenário, se ascendeu ao desejo de formar professores nas escolas normais, a dado exemplo em meio a grandes conquistas territoriais feitas por Napoleão Bonaparte em 1802 na Itália, implantou-se a Escola Normal de Pisa inspirada na

Escola Normal Superior de Paris que tinha como missão conforme Saviani (2009) investir na formação do seguimento secundário ou no que conhecemos hoje no Brasil como, os anos finais, porém na realidade a escola Superior de Paris inclinou-se para estudos acadêmicos abandonando assim seu principal ideal, isto é, a formação nos aspectos metodológicos e didáticos.

No Brasil após influência da Independência em 7 de setembro de 1822, quando foram rompidas as ligações com Portugal iniciou-se discussões a respeito da formação de professores, visando então a educação social e melhorias nas questões pedagógicas. Nessa perspectiva, Saviani (2009) demarca os diferentes períodos e transformações a respeito da formação de professores, suas permanências e continuidades em diferentes contextos, transcorre de 1827 a 2006 com transformações que são desde a criação de leis direcionadas às escolas primárias, seus desenvolvimentos até o crescimento das escolas superiores, e dos novos perfis dos cursos de pedagogia.

Assim, em relação a formação dos professores no Brasil ocorreram tentativas de avanço que antecedem o cenário ditatorial, porém em virtude da demanda política, social e econômica desse contexto, tal como a sociedade, segundo Costa (2009) a educação reconfigurou-se aos moldes da Ditadura Empresarial Militar.

A autora, Bianca Silva Costa (2009) em seu trabalho sobre o *Ensino Superior e a Ditadura Militar*, destaca que com influência dos Estados Unidos da América o governo brasileiro se inspirou em cursos de guerra, os quais instruíam táticas de batalha e política, esses cursos no Brasil foram integrados como Escola Superior de Guerra em 1949, com o advento da Segunda Guerra Mundial, que disponibilizava os cursos superiores tanto para militares como para civis. A vista disso, é possível compreender que a formação de professores ligada à universidade possuía padrões políticos que nem sempre podiam suprir as necessidades sociais, pois em muitos momentos atendiam critérios do governo.

Assim como na Segunda Guerra Mundial no contexto de Ditadura no Brasil, o qual já fora mencionado, houve interesses governamentais na criação do Sistema Nacional de Informação que estava a serviço da ditadura no combate a subversão dos ativistas ou até estudantes que faziam oposição a política vigente; com esse sistema de espionagem, as escolas e universidades também eram alvo de investigação e vigilância.

Com O Plano de Ação Econômica de Governo em 1964; o qual afetou os trabalhadores em seus salários pelo fato da diminuição de impostos (mas aumento de juros e inflação), a Educação Superior do país também foi modificada, pois com a reforma referente ao Plano de Ação Econômico do Governo - PAEG necessitou-se de mais mão de obra para o desenvolvimento econômico; por esse motivo a formação universitária estava pautada em satisfazer anseios da economia com a Lei nº 5.540/68, deixando de lado a cultura e os grupos desfavorecidos. Conforme Costa (2009) A ideia central seria o crescimento da modernização, tendo em vista essa perspectiva em 1968 a Reforma Universitária (RU) fora posta em ação, considerando justamente os pilares da Doutrina de Segurança Nacional com ação de transmissão de conhecimento, sem pôr em voga o perfil e identidade do professor como uma questão social, educativa, integradora e também como potência para a construção dos alunos cidadãos.

Os entraves a respeito da formação de professores no Brasil estão interligados com os diferentes cenários, tendo como ponto de partida a política. Nos dias atuais, é possível visualizar continuidades e permanências das fragilidades educacionais, ou até mesmo rupturas de ideias passadas; entretanto, segundo Saviani (2009) como consequência existe uma carência nos aspectos educativos, para o autor, a formação de professores precisa ter uma construção adequada as exigências de sua prática, ou seja, para a realidade do ofício educacional e não um cumprimento de currículos para meramente alcançar metas em um ano letivo. Desse modo, a formação de professores precisa objetivar a ação pedagógica e todas suas emergências, seu público-alvo, a comunidade, enfim, a construção de um perfil a partir das demandas reais de sua profissão.

Poder, saber e docência

O ensino é para além do quadro e pincel, na verdade exercer o ofício de educar é uma tarefa complexa, tanto pela desvalorização ocorrida na sociedade, quanto pelo tempo presente, chamado contemporaneidade capitalista, no qual as relações de poder e seus conflitos, em alguns casos, freiam as inovações, as melhorias e intervenções educativas. Essas relações de poder, politicamente e socialmente falando, modelam o ensino e espaço escolar, tornando-os fruto então dos sistemas vigentes e não das demandas sociais.

Na perspectiva do ensino, a ausência de democracia está nos conteúdos, quando são hierarquizados pelo nível de importância e das limitações de autonomia das práticas docentes. No caso dos conteúdos, ocorrem disputas dos conhecimentos, isto é, alguns são descartados e outros legitimados e oficializados; em vista disso, constrói-se um discurso da “cultura comum”, todavia predominantemente as histórias e memórias culturais evidenciadas nos conteúdos não são comuns a todos e sim a uma classe específica que em especial são as dominantes o que torna os conhecimentos e conteúdos fragilizados pois não dão voz a minoria, a este respeito Apple (2006, p. 49) afirma que se trata de uma abordagem por demais superficial:

[...] que mal toca nas questões políticas em pauta. Uma cultura jamais poderá ser a disseminação geral, para todas as pessoas, daquilo que uma minoria pensa e acredita. Ela requer não a imposição de padrões e conceitos que nos tornem a todos “culturalmente letrados”, mas sim, e essencialmente, a criação das condições necessárias para todas as pessoas participem da formulação e reformulação de conceitos e valores.

No espaço escolar, há também uma espécie de categorização de determinadas classes, culturas, entre outros. Conforme Apple (2006) as mulheres, as menos abastadas e pessoas pretas inseridas no âmbito escolar e a preocupação em incluí-las, causa enfraquecimento a predominância do poder, esse expirado por uma política liberalista e autoritarista com viés de direita.

Quando tratamos do currículo e de suas formas, por exemplo, vale lembrar do que é intrínseco a ele, o conhecimento, a questão política, social e o poder estabelecido nas entrelinhas do mesmo, para isso, diante do exposto, emerge a seguinte questão: “qual conhecimento vale mais?”, assim enfatiza Apple (2006) no trabalho *Currículo, Cultura e Sociedade*, onde problematiza as categorizações do conteúdo e os conflitos acerca do que deve ser ensinado. Assim, esse questionamento é uma análise que deve ser feita por todo corpo educacional, principalmente pelo professor, pois é ele que faz o intermédio do conhecimento para os alunos. Obviamente, não se pode desprezar a capacidade de criticidade discente, mas é fato que o professor é imprescindível no processo de apreensão do saber, por isso se deve dar atenção as questões sociais, políticas e suas tentativas de domínio intelectual.

As relações sociais e as disputas de poder são realidades, uma vez que, a verdade que se prega sobre determinado contexto está totalmente envolvida com formas de poder, no campo do saber e do conhecimento o poder se apresenta de maneira sutil, através da verdade estabelecida por meio da ciência, política entre outros. Michel Foucault (2019) na obra “*Microfísica do poder*” discute que nem sempre a força do poder está na brutalidade física, no não ou na proibição, assim na repressão o poder em muitos momentos está nos grandes discursos que desassociam de seus argumentos o verdadeiro e o falso, bem assim nos efeitos que os discursos da verdade causam na sociedade o qual Foucault denomina como o regime da verdade.

Nesse sentido é viável entender a importância do saber, do discurso, das ideologias e políticas que estão envoltas na educação, o discurso do professor é encarado como ameaçador do sistema político, por isso, a educação sempre esteve na mira das esferas políticas como também das econômicas, o discurso da “verdade” associado com essas esferas propiciam um domínio que passa despercebido, mas que exerce poder sobre o conhecimento, memória e história.

Ainda nessa perspectiva do poder, Imbernón (2011) discorre sobre a sociedade globalizada como um desafio ferrenho a profissão docente, abordando também práticas neoliberais e o gerencialismo educativo que buscam criar um ambiente escolar competitivo nas exigências de metas e comparações, aproximando o conceito das escolas às empresas, desconfigurando o cerne da educação; esse impasse está intrinsicamente ligado a ausência do olhar democrático e sobre o poder e suas relações com o sistema social em questões políticas e econômicas. À vista disso, o espaço escolar se desregula semelhantemente às doutrinas que regem a sociedade contemporânea.

No tocante das exigências ao professor é apropriado falar das relações sociais de produção como ilustra o filme “*Tempos modernos*” (1936), onde o personagem Carlito, interpretado por Charles Chaplin³, a obra cinematográfica retrata a grande expansão da Revolução Industrial com as indústrias a todo vapor e trabalhadores adaptando-se a novas

³ Charles Chaplin (1889-1977) foi um ator, dançarino, diretor e produtor inglês. Também conhecido por “Carlitos”. Foi o mais famoso artista cinematográfico da era do cinema mudo. Ficou notabilizado por suas mímicas e comédias do gênero pastelão. Disponível em: https://www.ebiografia.com/charles_chaplin/. Acesso em: 10 abr. 2021.

formas de trabalho; em especial o personagem de Chaplin que não se adequa a todas as obrigações de produção, a exploração de atividades repetitivas e sem intervalos. Nessa perspectiva os autores Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002) entendem que as relações sociais de produção estão atreladas ao contexto aos quais estão inseridas, uma vez que a economia dita as relações sociais.

Assim como em “*Tempos modernos*”, as transformações históricas são resultantes de novas formas de organização de produção, a reestruturação da educação; bem como fora supracitado por Imbernón (2011), é resultado de uma sociedade globalizada, que determina às formas de trabalho do professor, não com pilares de formação do cidadão ou uma construção de valores, mas como um “professor robô” que deve seguir à risca os interesses emergentes dos resultados quantitativos; não da qualidade da educação e da aprendizagem.

Daniel Cara (2019) quando discorre sobre economia e educação faz crítica sobre como os ultraliberais enxergam a educação, para o autor os mesmos entendem a educação como um artifício que apenas impulsiona o crescimento econômico. Porém para Cara (2019) a educação deve ser considerada como uma ferramenta de luta a favor de políticas que possam trazer melhorias para o ensino, liberdade e desenvolvimento para o aluno.

Em uma visão marxista o fenômeno o poder relaciona-se com as classes dominantes e suas ideias movimentadas pelas grandes empresas capitalistas, observa-se, um domínio pautado na economia a qual fora combustível para o controle social. Entretanto, esse quadro modificou-se com o surgimento de um outro modelo de capitalismo, denominado por Zygmunt Bauman (2001) como o novo capitalismo e/ou capitalismo “mole”, que permeia as interpretações e o discurso, isto é o campo o saber. Por conseguinte, há uma combinação das empresas com as academias para promoverem o capitalismo do conhecimento aumentando o controle saber.

[...] Por alguns séculos, a academia não teve outro mundo para envolver em suas tramas conceituais, sobre o qual refletir, para descrever e interpretar, que não aquele sedimentado pela visão e prática capitalistas. Durante esse período, empresas e academia estavam em permanente contato, mesmo que por sua incapacidade de conversar entre si tenham dado a impressão de manter a distância. E o lugar de encontro tem sido sempre, como hoje, indicado e fornecido pela primeira vez. (BAUMAN, 2001, p.73)

Embora Baumam (2001) enfatize uma sociedade moderna líquida, a qual se adequa facilmente a padrões estabelecidos, onde o poder é ter, do mesmo modo a formação de professores no contexto pós-moderno se adaptam não as necessidades do entorno da escola, mas as exigências do capitalismo, ou seja, é evidente uma grande tentativa de moldar o professor para atender as demandas somente da Escola/empresa.

O papel do professor e seu desempenho em sala de aula se confrontam com as práticas neoliberais, com poder do discurso e suas interpretações, com as universidades, com toda uma formação acadêmica e as produções e processos educativos na escola, com metas e intenções de competitividade e com o mercado de trabalho

[...] Consequentemente, questiona também a estrutura da profissão docente, que talvez fosse adequada a uma época pré-industrial ou industrial, mas hoje em dia precisa pôr a comunidade educativa em contato com diversos campos e meios do conhecimento e da experiência. [...] (IMBERNÓM, 2011, p. 39)

Ser agente de transformação, é esquivar-se de um método meramente técnico, mesmo que seja a exigência do contexto social, a aproximação da escola e comunidade, segundo Imbernóm (2011), é o sucesso acadêmico escolar. Essa mudança pode permitir melhoras na educação, como também investir em práticas na formação docente, pois tem-se um arcabouço teórico acadêmico capaz de conferir a autonomia das práxis.

Formação docente: pós-modernidade e a ação do professor

Atualmente é perceptível um cenário de amplo crescimento de demandas para a formação de futuros professores, os sistemas de ensino têm se alavancado mais no sentido quantitativo; mas, nos aspectos cruciais que são de efeitos sociais, os quais a educação oportuniza a autonomia e/ou emancipação da comunidade que se situa no entorno do colégio, não se tem visto nos últimos anos ênfases a comunidade, não como projeto, mas como prática. Em pleno contexto pós-moderno com o neoliberalismo, que é a forma de organização social capitalista e os efeitos do poder, tenta-se constantemente desconstruir alguns insucessos de anos anteriores, segundo Pimenta (1997), nos anos 70 e 80 havia grandes tendências para teorias da reprodução da ação docente, causando assim grandes desarmonias sociais, nenhuma autonomia da comunidade escolar e o controle nos currículos que se atrelam diretamente ao saber e ao ensino.

No caso específico de Brasil anos 70 e 80 com a implantação do poder coercitivo durante a Ditadura Empresarial Militar (1964-1984), o país foi reconfigurado em muitos aspectos, principalmente, na estrutura política e constitucional, uma vez que a censura vedava qualquer forma de expressão que contrariasse o governo ditatorial. No ensino da não fora diferente, o controle sobre o que ensinar carregou o mesmo peso de cultura política ideológica, com a defesa de valores que estivessem dentro dos preceitos éticos e filosóficos do governo orientado pelo sistema ditatorial vigente.

[...] Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras [...] (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 126).

Nesse sentido, a formação docente, a política e a escola estão totalmente entrelaçadas; os livros didáticos, os conteúdos, currículos e tudo que envolve o ensino e o saber fazer parte de um contexto social e histórico os quais inseridos em contextos ditatoriais onde a técnica possuía mais valorização, o professor precisava seguir este modelo vigente. É necessário entender que a formação acadêmica de um professor é extremamente importante para suas ações pedagógicas, por isso, a importância de olhar com criticidade sobre o cenário e acontecimentos, inclinações políticas, sobre o poder e seus prováveis efeitos na escola e sociedade.

O saber segundo Tardif (2000) está atrelado a uma responsabilidade profissional, por isso, refletir sobre as escolhas dos conteúdos e sobre os meios didáticos que serão compartilhados em aula é uma maneira de não provocar prejuízos na aprendizagem dos alunos, em outras palavras, a autonomia que o professor precisa ter não pode ser para seu bel-prazer, mas para promover ensino de qualidade. Todo profissional possui responsabilidades as quais precisam ser bem executadas, pensadas e repensadas, nesse sentido, é preciso pontuar a seriedade de uma formação crítica e reflexiva do docente, para que o poder do seu saber e de sua tão desejada autonomia não seja prejudicial aos seus “clientes”.

O poder interfere diretamente no saber; por isso, a importância da formação dos professores, estruturada não na verdade absoluta, mas nas necessidades sociais, nas vozes das minorias não ouvidas e nas realidades e problemáticas da comunidade. Para isso, o processo de formação acadêmica não pode se limitar aos anos de graduação, as pós-graduações, aos cursos de extensão, como desafia Pimenta (1997) as experiências são fundamentais para a profissionalização docente, as universidades em muitos casos focam mais nas teorias das ações, as metodologias são ensinadas, mas as aplicações delas acabam ficando em segundo plano.

Imbernón (2011) entende a profissionalização é além das técnicas, para o autor a formação docente se constrói na prática, de maneira similar a Pimenta (1997), diz que a profissão docente não deve ser um mero produto do contexto ou de conteúdos ideológicos, porém ela precisa ser um processo de aquisição e socialização. A profissionalização é para além das universidades, é sobretudo a respeito do cotidiano escolar, o qual oportuniza também aquisições do saber por meio das experiências e práticas. Ter criticidade e/ou reflexão sobre a práxis do professor é colocar o ensino e aprendizagem como prioridade, para que seja válido uma análise sobre a própria ação e dependendo das necessidades, mudanças para uma melhor metodologia e discurso que atenda a pluralidade e diversidade social.

A formação inicial deve ter solidez, o ponto de partida está nas universidades, isto é, na ação pedagógica com desconstruções das perspectivas que buscam apenas expressões numéricas, mas a construção de ideais que abranjam toda a comunidade e suas carências. Essas novas inclinações se expressam por meio da pesquisa, nas universidades e posteriormente na ação pedagógica. A produção científica é relevante, tanto durante como depois da graduação, pois é preciso pesquisar para refletir os questionamentos da prática docente e durante a mesma, com objetivo de refletir a própria ação a partir das experiências em sala, com os problemas e novidades diárias.

Vale lembrar que a relação entre o professor e a pesquisa é complexa, pois há fatores que podem intervir na atividade docente e nas grandes atribuições; as quais os professores possuem na sala de aula, isto é, a pesquisa precisa de tempo hábito e possibilidades no que refere ao investimento financeiro. Pode-se conjecturar que a falta de

incentivo e estímulos como: bolsas de estudos, falta de recursos ou até mesmo a ausência de valorização ao pesquisador, porque há algum tempo, principalmente em cenário de governo negacionista, os discursos a respeito da pesquisa não são favoráveis, em outros termos, além de todas as barreiras do dia a dia, o pesquisador em muitos casos não possui valor social como destacou Lüdke (2012, p. 47):

Pelo que observamos em nossas visitas as escolas, e pelo que nos informaram os professores entrevistados, podemos afirmar que as condições para a prática de pesquisa nessas instituições, embora não sejam inexistentes, são de modo geral insuficientes. Na base do problema está própria situação do magistério, pouco valorizado em termos de renumeração e condições de trabalho, assim como carreira, pouco atraente para jovens em formação, em todos os níveis e sistemas de ensino. A educação não constitui como prioridade para nossos governantes, em termos de recursos efetivos, embora assim seja apresentado no discurso.

Todos os anos se formam inúmeros professores, porém, suas experiências com as realidades escolares são resumidas ao estágio, raramente se tem inclinações de pesquisas como objeto no contexto escolar, as realidades da escola, no dia a dia e vivência dos docentes com suas situações cotidianas.

Vale lembra que o professor é rodeado por muitos desafios, de um lado precisa alcançar resultados exigidos e por outro lado se depara com muitos contratempos diários. Principalmente quando nos referimos ao ensino básico público, para Daniel Cara (2019) o professor possuiu renumerações desfavoráveis, trabalha em salas superlotadas, com problemas na infraestrutura e outras situações que fazem parte do seu contexto profissional, por isso, a formação do professor precisar ser muito além de arcabouços teóricos, é muito valido experienciar as realidades do âmbito escolar.

Há o conhecimento teórico sobre política e suas influências nos currículos; existem discussões sobre a desigualdades, porém a inserção de pesquisas nessa área ainda é uma expressão pequena; Pimenta (1997) acredita que são justamente nesses contextos que o perfil e/ou identidade do professor são construídos, a pesquisa está totalmente ligada as realidades dos docentes, por isso a importância de detectar os problemas da formação, para assim alavancar produções acadêmicas que tenham apontamentos metodológicos para uma nova ação pedagógica, tanto nas universidades como nas escolas.

Pimenta (1997), pontua que a reflexão precisa de ser na ação, por isso é interessante ter o entendimento que a formação do professor em seu ofício está para além da teoria das universidades, aloca-se em problematizar e/ou questionar o ambiente escolar, o cenário social, as hierarquias do conhecimento e os poderes que regem os sistemas educacionais. É importante “seguir em frente” e abordar a questão tradicional conhecida como “verdade absoluta” e também do “poder absoluto”, onde não há espaço para perguntas e valorização da cultura popular, do negro, dos menos abastados, no qual se impõem conforme Pimenta (1997) uma hierarquização dos que possuem maior poder aquisitivo, estando sempre no topo da “pirâmide” social.

Para o autor Carlos Marcelo Garcia (1995) a ação reflexiva do professor faz parte da sua formação como profissional, pois a reflexão proporciona o desenvolvimento na maneira de pensar e de agir do professor, ou seja, refletir a própria prática é um instrumento de aperfeiçoamento das metodologias, aquisições de novos pensamentos e de afastamento de ideias preconceituosas causados pela ausência da autorreflexão. Garcia (1995) afirma que pensar a ação pedagógica é: “[...] atitude do ensino reflexivo consiste na responsabilidade. Trata-se, sobretudo, de responsabilidade intelectual.”. O professor precisa possuir responsabilidade nas suas ações, pois elas são determinantes na formação dos alunos.

O docente, seja ele do nível superior ou básico, tem um papel fundamental na estruturação formativa de outros profissionais, assim como em sua própria formação. O ato de aprender e de ensinar fazem parte do processo de formação docente, é uma questão de compreender “o que e como” se deve instruir e ter compreensão das necessidades de quem está aprendendo, para que seja possível uma concepção de educadores de qualidade, num contexto em que a formação precisa de ser encarada como continuada e árdua, na medida que busca qualificação e melhorias e o segundo; por ser uma profissão ainda descredibilizada e desvalorizada pelo Estado, a educação tem poder de minimizar com a ignorância política, econômica e científica da sociedade e por esse motivo a escola, os conteúdos e o ensino é alvo de controle e opressão.

Considerações finais

Ao longo do artigo discutiu-se a Formação Docente com as relações de poder, saberes e o ofício do professor como pano de fundo do debate, tendo em vista os contextos históricos e suas influências, diretas e indiretas na educação, sendo referido desde as universidades até a sala de aula, ou seja, no cenário onde docentes são forjados na formação inicial. Destacou-se também a trajetória da formação docente no cenário brasileiro e todas as rupturas e continuidades de acordo as transformações políticas e sociais.

No presente trabalho levantou-se a relevância da pesquisa para a formação do educador, assim como na sala de aula, em razão desse aspecto ser considerado um dos pilares importantíssimos para a construção do perfil docente. Assim, foi colocado como foco as relações que os processos formativos estabelecem com o Estado, na vertente econômica e políticas, bem como dos conteúdos, currículos e controle que os regem.

A realidade constatada sinaliza que existem inúmeros problemas na formação de professores que estão igualmente interligados a demais esferas sociais, todavia, a proposta foi observar os cenários e as estruturas sociais que manejavam utilizando-se do poder, a educação; sendo ela no ensino básico ou no ensino superior. Na prática como professora de história, tem sido perceptível a luta constante com os conteúdos, pesquisas e a grande questão “do que ensinar”, e pela forma como se desdobra entre o padrão e a autonomia desejada.

As perspectivas neoliberais ou ultraliberais no mundo pós-moderno o qual vivemos tem distorcido a educação e consequentemente a formação de professores, pois tem valorizado mais o desenvolvimento econômico do que o desenvolvimento humano. Nesse sentido o professor deve praticar a reflexão da sua própria ação pedagógica para atender as demandas sociais e formar-se com responsabilidade dentro das realidades cotidianas.

A competitividade no âmbito escolar e as exigências impostas aos docentes influenciam as suas experiências profissionais. As escolhas de conteúdos, construção do currículo e calendário escolar quando pautadas apenas em números econômicos trazem prejuízos ao ensino e aprendizagem, por isso, é emergente que todo o contexto escolar se atente a uma formação pautada na democracia, minorias e necessidades sociais.

Referencias

- APPLE, M. W. A Política do Conhecimento Oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CARA, D. Contra barbárie, o direito a educação. In: MARIANO, Alessandro. **Educação contra a Barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, B. S. **O ensino superior na ditadura militar brasileira**: um olhar através da “Revista MEC”. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- COSTA, F. T. P. et al. **A história da profissão docente**: imagens e autoimagens. Campina Grande: Realize Editora, 2014.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GARCIA, C. M. A formação de professores: Novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NOVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.
- LÜDKE, M. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2012. p. 27-67.
- MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v.24, n.48, p.123-144, 2004.
- PIMENTA, S. G. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, p.143-155, 2009.
- TARDIF, M. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n.13, p.5-24, 2000.